



CONSOLIDAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA SANTA CATARINA

Desenvolvimento Rural

Autores: J.L. BERTO¹; J.G.D. B. LEITE²; A.L. RADUNZ³

Resumo: O projeto se inseriu dentro da Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, sendo apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A criação dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial (NEDET), junto as universidades, objetivou atender a necessidade de qualificação dos processos de Gestão Social e promover o fortalecimento das ações de extensão universitária. Bem consistiu em contribuir na consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável e na articulação das políticas públicas da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Instituições de Ensino, instâncias de gestão social dos Territórios e do MDA/SDT. Entre as metas do projeto estavam a sistematização e o diagnóstico dos colegiados e das principais políticas públicas apoiadas pelo MDA e assessoria das atividades dos colegiados. A abordagem metodológica pautava-se em priorizar a participação e valorização de contribuições advindas dos atores locais, através das articulações colegiadas com os NEDETs. Pode-se inferir que entre os resultados os NEDETs atenderam no geral as metas propostas e que houve uma aproximação entre as instituições e os atores locais. Apesar do desmonte ocorrido com a Política em nível de Governo Federal, foi possível avançar com ações e projetos que permitiram a promoção da agricultura familiar e o avanço na construção do desenvolvimento sustentável.

Palavra-chave: Desenvolvimento Territorial; Território; Políticas Públicas

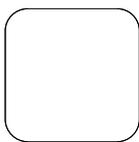
Introdução e objetivo

A pobreza rural põem-se como uma realidade atual em vários países, sendo a redução desta um dos maiores desafios da sociedade moderna. Apesar de dados apontarem reduções significativas na pobreza extrema entre os anos de 2008 e 2015, principalmente em regiões como Ásia e América Latina, ainda existiam cerca de 705 milhões de pessoas vivendo em condição de extrema pobreza em 2015 (ROSER; ORTIZ-OSPINA, 2017). Destes 75% são encontrados nas zonas rurais, sendo na sua maioria agricultores familiares (THE WORLD BANK, 2008). Com persistência da pobreza no campo buscou-se por novas estratégias para promoção da agricultura familiar. As discussões que contemplam o futuro do

1James Luiz Berto, servidor docente UFFS.

2João Guilherme Dal Belo Leito, servidor docente UFFS.

³ André Luiz Radunz, servidor docente UFFS





II Seminário Integrador de Extensão



mundo rural foram fomentadas especialmente pelas mudanças que ocorreram no rural, entre outros motivadores o avanço da urbanização, a expansão de atividades não agrícolas e o desgaste de políticas agrícolas com viés exclusivamente setorial (FAVARETO et al., 2010). A partir de 1990 a abordagem territorial ao desenvolvimento rural, passa a ganhar força.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas de intervenção que pretendem alcançar a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade e a justiça social (SDT, 2005).

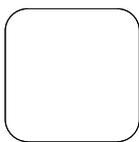
Diante deste cenário, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, órgão integrante do MDA, desenvolveu a partir de 2003 estratégias de promoção e apoio as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2014). As ações objetivavam superar a dicotomia entre urbano e rural valorizando o patrimônio natural e cultural de cada localidade, reafirmando a identidade na construção de um projeto de vida social.

No âmbito do PPA 2012–2015 estas ações foram estruturadas no Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária com base em dois objetivos principais (BRASIL, 2014):

- Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural;

- Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Diante do exposto, assumindo a importância da temática até então discutida e também do projeto desenvolvido, objetiva-se com o presente material relatar de forma breve alguns momentos fundamentais que foram desenvolvidos no projeto, especialmente os que contemplam o desenvolvimento da ação de extensão, para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e





também abordar a articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Metodologia

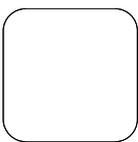
No que tange a abrangência do projeto desenvolvido, pode-se destacar que contemplou os territórios rurais catarinenses do Alto Uruguai, Alto Vale do Itajaí, Alto Vale do Rio do Peixe, Extremo Oeste, Extremo Sul, Oeste Catarinense, Planalto Norte, Serra Catarinense e Serra Mar, os quais somam mais de 3 milhões de pessoas e uma área de 62.623 km².

O projeto buscou priorizar a participação dos atores locais utilizando métodos que valorizassem as contribuições dos mesmos e que atendessem as metas do projeto que compreendiam: diagnóstico dos colegiados e das principais políticas públicas apoiadas pelo MDA; mapeamento e análise crítica de experiências desenvolvidas nos territórios voltadas a gestão social; sistematização das experiências dos colegiados; assessoria das atividades dos colegiados; estabelecimento de uma agenda mínima para avançar nas ações de desenvolvimento territorial; elaborar e desenvolver projetos de pesquisa sobre temas relevantes a promoção do desenvolvimento do território.

O apoio aos Colegiados Territoriais se deu através dos NEDETs (Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial) que contavam minimamente com um Coordenador (professor de Instituição de Ensino) um Assessor para Gestão Social e um Assessor para Inclusão Produtiva (ambos graduados) e um acadêmico bolsista de extensão.

As atividades do projeto e dos NEDETs foram desenvolvidas por 39 meses, durante os anos de 2014 a 2017. Nos Territórios, entre outras atividades, foram realizadas visitas aos atores locais, plenárias, reuniões do núcleo dirigente, das câmaras técnicas e dos grupos de trabalho, seminários, palestras, dias de campo, levantamento de dados e acompanhamento de projetos. O acompanhamento do projeto foi realizado através de seminários estaduais, encontros regionais e reuniões com a coordenação geral do projeto.

Desenvolvimento e processos avaliativos





II Seminário Integrador de Extensão

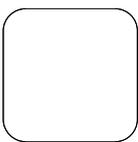


A fim de atingir o objetivo, o presente material está segmentando em 3 (três) momentos centrais: Instalação dos NEDETs, Mobilização inicial e Apoio aos Colegiados.

No que diz respeito a instalação dos NEDET, estes formaram-se a partir do conjunto de Coordenadores, tendo estes sido compostos por servidores de instituições inseridas nos territórios em questão, afim de favorecer as articulações locais. Tendo desta forma as coordenações dos NEDETs compostas por professores dos campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e também por servidores de outras Instituições de Ensino. Com relação a seleção dos Assessores, foram realizadas chamadas públicas, observando-se que estas fossem divulgadas através das organizações que participavam dos Colegiados, ds Universidades parceiras e Delegacia do MDA de SC, buscando pessoas engajadas com a temática. Por sua vez os acadêmicos foram selecionados através de Chamadas Públicas nas Instituições de Ensino dos Coordenadores. Após a composição do NEDET, realizou-se, através de um seminário Estadual com a presença do MDA (Delegacia de SC e SDT de Brasília), o nivelamento dos envolvidos no que tange ao projeto e a política Territorial.

Com relação a mobilização inicial, buscou-se a aproximação e a articulação dos Colegiados Territoriais. Neste momento identificou-se o relativo “abandono” que os colegiados estavam passando, bem como que a forma de concepção e instalação dos NEDETs, por ter sido pensada fora dos Territórios, causou certa estranheza inicial. Do ponto de vista de execução, em todos os territórios as equipes promoveram visitas os atores locais, mas também microplenárias, apresentando brevemente o projeto e realizando mobilizações com os mesmos para a realização de uma plenária inicial, com o objetivo de apresentar o projeto, resgatar a caminhada do Colegiado Territorial (PTDRS, estatuto, projetos ...) e assim, dar início a nova fase de apoio a política com um planejamento das ações do colegiado e do apoio do NEDET. Apesar da reafirmação da Política Territorial durante esse processo inicial, foi recorrente os questionamentos da continuidade da mesma durante todo o desenvolvimento do projeto.

Destaca-se que as figuras das instituições de ensino foram novidade no apoio aos Colegiados e, de certa forma, o peso institucional e a percepção de “neutralidade” destas contribuíram para a mobilização inicial. Salientando que os espaços em que os NEDETs conseguiram capitalizar essa “curiosidade” houve uma maior facilidade na rearticulação das entidades em torno do Colegiado Territorial.





II Seminário Integrador de Extensão



Por fim, na etapa de apoio aos Colegiados, os NEDET tiveram amplas demandas da SDT/MDA para o levantamento de dados, bem como, ao mesmo tempo buscaram resgatar o espaço do Colegiado Territorial como um fórum estratégico para pensar o desenvolvimento do Território e de promoção da articulação das políticas públicas.

Várias ações continuaram a ser desenvolvidas no sentido de mobilizar os atores locais. Procurou-se resgatar o Estatuto dos Colegiados e o PTDRS e a partir desses desenvolver um novo planejamento, com uma agenda mínima de reuniões do núcleo diretivo, das câmaras técnicas, grupo de trabalhos e plenárias.

Ainda, em relação ao andamento e monitoramento das ações do projeto foram realizados 6 (seis) encontros estaduais, reuniões com a Coordenação do projeto, reuniões regionais, tendo sido dividido os territórios em 3 (três) grupos por proximidades. Esses encontros também abordavam a capacitação, avaliação, troca de experiências e planejamento.

Considerações Finais

O projeto atingiu no geral as suas metas, porém os resultados foram diretamente afetados pelo desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial. Positivamente ficou o engajamento das Instituições de Ensino nas ações de extensão, a articulação dessas com os atores locais e, além disso, todo um conjunto de ações e projetos desenvolvidos nos Territórios permitiram a promoção da agricultura familiar e o avanço na construção do desenvolvimento sustentável.

Referências:

FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/20014*. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

ROSER, M.; ORTIZ-OSPINA, E. **World poverty**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/world-poverty/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SDT. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: [s.n.]. 2005.

THE WORLD BANK. **Agriculture and poverty reduction. Agriculture for Development Policy Brief**. Washington D.C.: [s.n.].

